Brazil's Kroton CEO says FIES loans to stabilize at 9-12 pct of students

Oct 18 The chief executive of Brazil's No. 1 education firm Kroton Educacional said on Tuesday he expects the share of government-backed FIES student loans to stabilize at around 9 to 12 percent of the company's student population.

Kroton CEO Rodrigo Galindo said that FIES provided financing for 63 percent of incoming students in the second semester of 2014, but that fell to 9 percent of incoming students for the second semester of 2016. (Reporting by Brad Haynes; Editing by Daniel Flynn)

# Kroton avalia que atrasos no Fies foram circunstanciais

Estadão Conteúdo18/10/201618h02

[**COMENTE**](http://noticias.bol.uol.com.br/ultimas-noticias/brasil/2016/10/18/kroton-avalia-que-atrasos-no-fies-foram-circunstanciais.htm#comentarios)

São Paulo - O presidente da Kroton, Rodrigo Galindo, descartou que os atrasos nos repasses do segundo semestre do Fies comprometam a credibilidade do programa de financiamento estudantil. A jornalistas, após um evento sobre empreendedorismo em São Paulo, ele considerou a questão dos atrasos algo "circunstancial".

Galindo falou depois de o Congresso ter aprovado um projeto de lei que destinou R$ 702 milhões para o Fies. Os recursos vão destravar o programa, que deixou de repassar valores às empresas no início do segundo semestre por falta de recursos para quitar taxas de administração dos bancos agentes do Fies, a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil.

Para o presidente da Kroton, o programa não dá sinais de fraqueza. "Em nossas conversas com o governo, sempre ficou claro que o programa é considerado muito importante", disse.

O executivo considerou ainda que os atrasos não afetaram tanto a Kroton como ocorreu com empresas de menor porte. "A Kroton tem caixa e recursos suficientes para continuar cumprindo seus compromissos, mas sabemos que instituições menores estavam com dificuldades para honrar sua folha de pagamento", disse.

Galindo disse ainda que a Kroton reduziu sua exposição ao programa de financiamento, até mesmo porque a oferta de vagas caiu. No segundo semestre de 2016, apenas 9% dos ingressantes tinham Fies, indicador muito aquém dos 63% do auge do programa, no segundo semestre de 2014.

O executivo vê uma tendência de que o Fies mantenha nos próximos trimestres a mesma participação que teve na segunda metade deste ano.

Parte dos ingressantes que deixou de vir com o Fies passou a ser atraída pelo programa de parcelamento próprio da Kroton, chamado PEP. O programa foi responsável por 36% dos ingressantes desse segundo semestre. "Acreditamos que atingimos a estabilidade na distribuição da nossa captação de novos alunos e que essas proporções devem se manter no futuro", afirmou Galindo.

**Semesp**

O setor de ensino superior privado recebeu com "alívio" a aprovação do projeto de lei de crédito suplementar que vai destinar R$ 702 milhões para o programa de financiamento estudantil Fies, avalia o diretor executivo do Sindicato das Mantenedoras de Ensino Superior (Semesp), Rodrigo Capelato. A expectativa da entidade é que os recursos destravem o processo necessário para que as empresas recebam em novembro recursos de cerca de R$ 5 bilhões que estão atrasados desde o início do segundo semestre.

Apesar da expectativa positiva, o Semesp destaca que algumas mudanças nos procedimentos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), responsável pelo Fies. No cronograma sem mudanças, as empresas precisariam encerrar os processos de aditamento de contratos até dia 20 para receberem até 10 de novembro os certificados referentes a todos os meses de atraso nos pagamentos do Fies do segundo semestre. Como prevê dificuldades nesses prazos, o Semesp quer que o FNDE estabeleça mais datas.

Os repasses do Fies estão atrasados desde o início do segundo semestre por conta de falta de pagamento das tarifas bancárias dos agentes financeiros do programa, a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil. A aprovação no Congresso vem depois de uma série de adiamentos das votações e até mesmo depois de ter sido cogitado que o crédito extra ao programa pudesse ser feito por Medida Provisória.

Capelato lembra ainda que a transferência de recursos se dá, inicialmente, não com dinheiro mas por meio de certificados que as empresas usam para quitar impostos. O restante dos certificados não utilizados é recomprado e transformado em dinheiro num momento seguinte, seguindo cálculos que podem limitar os montantes recomprados. Como houve um acúmulo de quantias atrasadas do Fies, o Semesp quer ainda que o governo libere as recompras sem limites.